

EDUCAÇÃO-TRABALHO: UMA REVISÃO DA LITERATURA BRASILEIRA DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

Alicia Bonamino
Maria Lutgarda Mata
Tania Dauster
do Depto. de Educação/PUC-RJ

RESUMO

Este texto apresenta e sintetiza ampla revisão da bibliografia brasileira, produzida de 1970 a 1989, sobre o tema das relações entre educação e trabalho. O levantamento bibliográfico original arrolou várias centenas de contribuições das áreas da Antropologia, Sociologia, Economia, Política, Pedagogia e da produção técnico-profissional (das quais listam-se aqui cerca de uma centena), buscando uma aproximação teórico-metodológica. O diálogo estabelecido, em torno de eixos temáticos como família, infância e juventude, permite registrar avanços e lacunas, assim como o equacionamento dos problemas da área educacional relacionados à questão do trabalho infanto-juvenil.

EDUCAÇÃO-TRABALHO - FAMÍLIA - INFÂNCIA - REVISÃO DE LITERATURA

ABSTRACT

EDUCATION AND WORK: A REVIEW OF BRAZILIAN LITERATURE (1970-1989). This paper synthesizes a broad review of Brazilian literature of the 70's and 80's concerned with the relationships between education and work. In an attempt to approximate theoretical and methodological approaches, several hundred studies of various areas — Anthropology, Sociology, Economics, Pedagogy, and technical-professional production — were reviewed, a hundred of which are listed herein. The dialogue around themes such as family, childhood and youth leads to discussing progressions and gaps, as well as educational issues related to child and youth work.

Este artigo sistematiza parte da produção acadêmica e técnico-profissional sobre o tema educação-trabalho, a partir de uma revisão seletiva da literatura produzida no Brasil entre 1970 e 1989.

Na gênese desta revisão encontra-se a investigação "O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas", produzida no Departamento de Educação da PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em concordância com os objetivos desta instituição de subsidiar a constituição e a renovação de uma escola pública de qualidade, mais democrática e condizente com os interesses e necessidades dos setores populares.

O universo pesquisado naquela investigação é composto de crianças e jovens que estudam na escola pública de 1º grau, trabalham e moram numa favela do Rio de Janeiro. O projeto, inspirado teórica e metodologicamente no campo antropológico, investiga as práticas sociais e representações desse grupo sobre educação e trabalho.

Acredita-se que a compreensão desta questão, vista a partir das representações dos atores investigados, ou seja, da lógica das camadas populares, pode trazer nova luz sobre os determinantes do fracasso escolar, além do já revelado pelas análises da "cultura escolar" (seus valores e regras) e pelas que privilegiam os determinantes sociais mais amplos deste fracasso. Com isto, pretende-se produzir novos conhecimentos sobre o cotidiano do trabalho das camadas populares, assim como subsidiar as políticas dirigidas às crianças e jovens desse segmento social.

O esforço de revisão das perspectivas da relação educação-trabalho decorre da necessidade de instrumentalização teórica da pesquisa, visando à obtenção de categorias de análise adequadas à construção de um "olhar" teórico e à problematização da prática etnográfica.

Com esse intuito, foi feito um levantamento bibliográfico de 234 resenhas e 624 títulos, configurando um recorte da produção acadêmica e técnica sobre o tema educação-trabalho, de forma a construir uma panorâmica representativa das questões que vêm sendo focalizadas no interior do tema.

Durante a revisão bibliográfica, procurou-se delimitar as áreas do conhecimento, de modo a incorporar as contribuições da Antropologia, Sociologia, Economia, Política, Pedagogia e da produção técnico-profissional. Desta forma, buscou-se propiciar uma aproximação teórico-metodológica, capaz de permitir um diálogo entre as contribuições das diversas áreas voltadas para a temática em questão.

Este artigo, por sua vez, visa socializar, de forma sistematizada e crítica, a bibliografia levantada. A sistematização e análise, objetos deste texto, articulam-se em torno dos núcleos temáticos que perpassam o objeto da pesquisa em curso, ou seja: educação-trabalho, infância-juventude e família. Outros assuntos também estão presentes, embora não constituam eixos indicativos deste texto.

Todavia, entendemos que, mesmo pautada pelo feixe de questões que compõem o objeto da pesquisa citada, esta sistematização extrapola o objeto específico da investigação, permitindo registrar avanços e lacunas para a produção de novos conhecimentos e o equacionamento dos problemas da área educacional relacionados à questão do trabalho infante-juvenil.

O movimento teórico de construção da relação educação-trabalho

Foi possível detectar três momentos no movimento teórico que focaliza a relação educação-trabalho. Na década de 70, e até meados dos anos 80, esta relação é tratada como questão adscrita às relações entre educação e desenvolvimento e entre educação e sociedade, temas centrais na produção e no debate pedagógico travado nos períodos mencionados. A partir de meados da década de 80, entretanto, a reflexão sobre a temática em questão emerge com identidade própria no seio da produção acadêmica brasileira.

As obras de Frigotto (1984) e de Kuenzer (1987) representam um marco importante na reconstrução e sistematização do movimento teórico que constitui a perspectiva atual, cuja preocupação central são as relações existentes entre trabalho e educação.

Acompanhando o estudo de Kuenzer, percebe-se que, no início dos anos 70, a relação educação-trabalho é tratada na perspectiva do desenvolvimento econômico e social. É possível apontar, inclusive, a conexão entre essa perspectiva e a discussão dos anos 50, no seio da CEPAL, cuja visão político-econômica colocava a industrialização como único instrumento para romper o atraso e a dependência econômica (Furtado, 1985). Na época, industrialização, desenvolvimento e educação começavam a ser fortemente associados na Europa da reconstrução pós-guerra e nos EUA surpreendidos pelo avanço tecnológico soviético. Em nível de Brasil, as mudanças econômicas decorrentes da integração da indústria brasileira ao capitalismo internacional, por meio da abertura da economia ao capital estrangeiro e da implantação das empresas multinacionais, tornaram patente a importância do sistema de ensino na consolidação do novo modelo econômico (Cury, 1982).

Nos anos 60, essa temática dá lugar à difusão da Teoria do Capital Humano, que, por um lado, considera o valor econômico da educação dependente da procura e da oferta de instrução. Esta é vista como o maior investimento em capital humano, constituindo-se em importante fonte de crescimento econômico e social (Schultz, 1973). Por outro lado, esta teoria vê a escolarização como porta de acesso a maiores níveis de renda individual (Langoni, 1972; Castro, 1972, 1973).

No modelo econômico-político adotado no Brasil a partir de 1964, a educação passou a ser vista como instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da força

de trabalho (Tijiboy, 1979; Reis, 1985) e, ao mesmo tempo, como fator de desenvolvimento da consciência política indispensável à manutenção do Estado.

A partir de meados da década de 70, entretanto, surgem as primeiras críticas às teorias da educação predominantes nos anos 60 e início dos 70. Pereira (1974), analisando os aspectos econômico-instrumentais da educação escolar, passa a considerá-la como técnica social suscetível de graus variáveis de racionalidade funcional, face à promoção do desenvolvimento. O autor privilegia a categoria trabalho como elo teórico entre desenvolvimento e educação, pretendendo que a reflexão sobre o tema seja focalizada como reprodução das relações sociais de produção capitalista.

No âmbito da produção crítica, Rossi (1978) explora os aspectos conservadores presentes na visão salvadora da educação e na teoria do capital humano, mostrando a relação existente entre degradação do trabalho, qualificação profissional, educação e desenvolvimento capitalista, assim como a inviabilidade de uma solução educacional para esse conjunto de problemas. Para esse autor, o processo educativo aparece como capaz de potencializar a força de trabalho, mas essa qualificação, por estar subordinada à lógica do capital, acabaria por tornar-se funcional apenas para este último. Daí a sua tese, que postula a educação como um mecanismo de produção de mais-valia relativa.

Do mesmo modo, em um artigo de cunho teórico, Velloso (1980) afirma que a escola desenvolve traços de personalidade compatíveis com a estrutura de empregos da sociedade capitalista, que se diferenciam por classe ou grupo social, embora também destaque as contradições geradas pela evolução do sistema educacional.

Ainda na linha da reprodução, Warde (1977) elabora um trabalho de análise dos condicionantes sociais da oposição entre teoria e prática na educação brasileira. Põe em evidência também os vínculos estreitos da educação como a estrutura social dividida em classes. O ponto de partida para a análise está na suposição de que, no contexto das sociedades de classe, as condições histórico-sociais geram a teoria e a prática como pólos necessariamente antinômicos da mesma realidade educacional.

Na mesma trilha destes autores, Rodrigues (1982) busca compreender a atividade e o produto da escola no processo histórico brasileiro posterior a 1964, destacando a função de reprodução ideológica que essa instituição desempenha na construção da nova ordem. Além disso, Rodrigues sustenta que, preparando recursos humanos e tecnologia, incorporados à reprodução do capital segundo os interesses dominantes, a escola exerce seu papel de geradora de desenvolvimento e de instrumento de segurança da acumulação capitalista.

Segundo Kuenzer (1987) e Frigotto (1984; 1986; 1989), o argumento de Salm (1980; 1984) — que sustenta “nem a escola é capitalista nem o capital precisa dela, tal como existe, para preparar o trabalhador”, e

ressalva apenas o papel ideológico da escola e de suas práticas educativas — surge, na década de 80, como antítese das concepções analisadas. A partir da crítica à teoria do capital humano, o autor enfoca aspectos da evolução do processo de trabalho na grande indústria; a desqualificação crescente do trabalho, derivada da especialização cada vez maior; e a desvalorização do trabalho como elemento de produção. Salm, ao tratar especificamente da escola, questiona a insistência das teorias crítico-reprodutivistas em considerar esta instituição como *locus* da reprodução da força de trabalho em resposta às necessidades do capital e nega sua subordinação ao mesmo. Segundo Salm, a verdadeira formação do trabalhador ocorre nas relações de produção, através de uma pedagogia criada pelo capital, e não na escola. A proposta do autor é voltar a pensar a educação a partir de um outro eixo, que incorpore o problema da construção da democracia. A obra de Salm inspirou uma série de trabalhos que, a partir de outros ângulos, aprofundaram algumas de suas idéias principais.

Dentro deste debate situa-se a tese da “produtividade da escola improdutiva” (Frigotto, 1984), que discute o caráter linear das análises do capital humano, da visão reprodutivista e da tese da natureza não-capitalista da escola. Esse autor reexamina o vínculo entre a prática educacional e as relações de produção da existência no capitalismo, demonstrando que a inserção da educação, no movimento global capitalista, dá-se através de diferentes mediações. Deste modo, Frigotto sustenta que, embora sem um vínculo direto com a produção capitalista, a escola constitui um espaço de práticas sociais contraditórias, com capacidade de se articular com os interesses tanto da burguesia como da classe trabalhadora.

Ainda segundo o autor, a função mediadora da prática educativa escolar se manifesta em diversos planos, sendo a unidade entre o teórico e o político — entre teoria e prática — o princípio constitutivo da escola e o que pode balizar um novo projeto pedagógico, comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, podemos dizer que Frigotto, ao resgatar o caráter mediador da escola, supera as posturas anteriores, recuperando o papel desta instituição na apropriação, pelo trabalhador, do saber elaborado a partir de seu próprio saber (ou da sua própria experiência).

Neste movimento teórico em torno da relação educação-trabalho, merece destaque o esforço empreendido por Arroyo (1979; 1980; 1986a,b). Como assinala Kuenzer (1988, p.54-5), este educador é um dos intelectuais que mais se têm empenhado em demonstrar a relevância da investigação sobre educação-trabalho, em dar-lhe uma identidade própria e em identificar suas áreas de pesquisa e ação.

Um balanço da produção deste eixo temático vem corroborar a indicação de Kuenzer sobre os avanços teóricos em torno da problemática educação-trabalho. A partir de meados dos anos 80, emergem preocupações relacionadas à questão do trabalho como prin-

cípio educativo, à pedagogia do trabalho e, ainda, à proposta de educação politécnica.

Os estudos que discutem a categoria trabalho como princípio educativo e a pedagogia do trabalho empregam eixos diversificados de análise. Num primeiro agrupamento estão os estudos que, na esteira da produção da década de 70, buscam ainda explicar o papel da educação formal na preparação do trabalhador, da ótica do capital. Os autores que utilizam essa perspectiva (Durand, 1979; Marcondes, 1987; Franco e Simon, 1987; Hirata, 1988; Faria Filho, 1988; Enguita, 1989), o fazem, geralmente, no sentido de destacar a negatividade que o trabalho assume no capitalismo.

Em um segundo eixo estão os estudos que focalizam o processo pedagógico inscrito nas próprias relações de trabalho. Aí encontramos também duas perspectivas diferenciadas. Por um lado, Arruda (Frigotto, 1987) e Frigotto (1985; 1989) criticam o conceito e a prática do trabalho sob a égide do capital. Frigotto sustenta especificamente a negatividade das relações pedagógicas no interior das relações de trabalho capitalistas. Este autor assinala que, nas relações de trabalho onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido, constrói-se uma relação educativa de alienação que nega a possibilidade de crescimento integral do homem. Para o autor, não se pode considerar essa forma de trabalho como valor filosófico nem como elemento pedagógico ou mecanismo econômico de acesso à escola para todos.

Entretanto, reconhece Frigotto, na medida em que a educação para o trabalho se dá no bojo de relações sociais contraditórias, a esse nível ela incorpora essas contradições, embora se trate de uma pedagogia específica, a do capital. Nesse sentido, Frigotto (1983) aponta um caminho para o resgate da formação profissional segundo os interesses do trabalhador.

Kuenzer (1988) concorda com o fato de que a fábrica e a escola educam o trabalhador para que ele se ajuste à produção racionalizada e capitalista, fundamentada na execução de tarefas esvaziadas em seu conteúdo e na não-democratização do produto do trabalho. Ao mesmo tempo observa que, em nível das relações sociais e políticas, o trabalhador vive experiências que o estimulam à busca constante do saber, ao consumo de bens materiais e culturais e à participação em experiências políticas, sociais e culturais diversas. Por outro lado, para a fábrica em particular, a questão da qualificação da força de trabalho é crucial, colocandô-lhe a necessidade de compor um corpo coletivo de trabalho equilibrado e harmônico. A questão está na superação do dilema entre qualificação em excesso, com potencial desestabilizador das relações políticas e do modo de produção, e qualificação insuficiente, com riscos de estrangulamento dos processos político e produtivo.

Kuenzer (1985) trabalha esta temática a partir do pressuposto desenvolvido por Marx e Engels, segundo o qual "o homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção". Considera, assim, haver no processo produtivo um projeto pedagógico

implícito, o que a leva a examinar, no âmbito da própria fábrica organizada em moldes capitalistas, os processos que acabam integrando o trabalhador à força de trabalho.

Noronha (1984) empreende também um trabalho empírico com o objetivo de compreender, no interior do cotidiano da trabalhadora de engenho de cana-de-açúcar, como as relações de assalariamento educam o trabalhador.

Rossi e Uhle (1983) incursionam no âmbito da pedagogia do trabalho e narram a experiência pedagógica vivida por operários metalúrgicos na solução dos problemas concretos que o mundo do trabalho lhes coloca.

Rossi (1981; 1982) empreende um estudo histórico da pedagogia do trabalho e aponta os caminhos seguidos pela educação no socialismo, analisando experiências concretas como parte da formulação de uma pedagogia do trabalho.

Ainda na perspectiva da discussão teórica, Nosella (Frigotto, 1987) faz uma análise histórica do conceito de trabalho, mostrando que no interior da sociedade onde este é predominantemente escravo, o mesmo tem sentido de tortura. Com o surgimento do capitalismo, há um esforço para construir uma noção positiva e apologética do trabalho. Entretanto, o autor registra que, nessa sociedade onde a ciência e a tecnologia alcançam avanços imensos, estes não têm livrado o trabalhador da fadiga nem permitido que ele atinja o mundo da liberdade.

O estudo de Sorj (1983), por sua vez, busca identificar as tendências de pesquisa do processo de trabalho na indústria, ressaltando a precariedade qualitativa e quantitativa dessas tendências.

Uma outra perspectiva é fornecida pelos autores que recuperam a positividade do aprendizado desenvolvido nas relações de trabalho. Para eles, o processo vai além dos conhecimentos técnicos sobre a profissão, inscrevendo-se no conhecimento do processo de produção e na resistência do trabalhador à organização capitalista do trabalho. (Santos, 1985).

Do ponto de vista da discussão teórica, a década de 80 assiste ao surgimento de um balanço crítico dos pressupostos que têm subsidiado a elaboração sobre a relação educação-trabalho. Ao mesmo tempo, constata a precariedade do conhecimento disponível sobre essa relação e a necessidade de se avançar, na teoria e na prática educativa, para uma articulação com os interesses da classe trabalhadora.

Com esta orientação, Frigotto (1987) discute três questões sobre a "crise de aprofundamento teórico". Esta se expressa pela homogeneização do discurso crítico na superfície, pela interiorização de categorias críticas, pela inversão da relação trabalho-educação e pela não-historicização das categorias valor-trabalho, capital-trabalho. Isto teria dificultado uma análise adequada das relações de trabalho e do conjunto das relações sociais capitalistas e, em decorrência, o avanço das propostas de trabalho-educação.

Madeira (1984) e Mafra (1988), por sua vez, demonstram preocupação com o estado do conhecimento sobre a relação educação-trabalho. A primeira autora faz um exame crítico das diversas teorias que permeiam a análise do vínculo educação-trabalho na atualidade. Mafra procura explicar as diferenças fundamentais de estudos sobre as aspirações educacionais e profissionais de estudantes, identificando dois enfoques: o sócio-pedagógico e o estrutural-reprodutivista. Aponta, ainda, as limitações referentes ao método de conhecimento e às técnicas de análise utilizadas, assim como as contradições entre tais estudos, e explicita o processo de tensão, avanço e superação inscrito na relação entre escolarização, trabalho e escolha profissional.

Dentre as novas tendências que se delineiam desde finais dos anos 80, vêm merecendo especial atenção por parte dos pesquisadores as questões relacionadas com o avanço científico e tecnológico e seus impactos na força de trabalho, na educação escolar e na formação de mão-de-obra (Baethge, 1989; Lago, 1983; Offe, 1989a, b, c; Paiva, 1989).

Nesse sentido, Deluiz e Trein (1991) sinalizam a importância das tendências representadas por Claus Offe, que diagnostica o fim da "sociedade do trabalho", e a constituída por autores como Baethge, que aponta para a crise e não para o fim da sociedade pautada no trabalho.

A preocupação dos autores alemães insere-se no contexto das transformações ocorridas na organização da produção, da introdução de novas tecnologias, da crise do Estado do Bem-Estar, do crescente subemprego e desemprego e, por último, das rupturas constatadas na classe trabalhadora.

Offe (1989b) questiona a sociologia que postula o poder de determinação do social pelo trabalho, aborda as limitações do modelo de pesquisa social "centrada no trabalho" e mostra a tendência teórica atual de focalizar aspectos como família, papéis sexuais, saúde, vida cotidiana etc. Analisando o trabalho no setor de serviços, Offe (1989a, b) discute a heterogeneidade empírica do trabalho e, portanto, a impossibilidade de existência de uma racionalidade unificada e de uma significação precisa partilhada pela população trabalhadora. Deste modo, o autor aponta o declínio da ética do trabalho entre os trabalhadores, devido tanto à eliminação do trabalho humano na indústria como, também, ao aumento do tempo livre, do desemprego e da aposentadoria voluntária.

Assim, a consciência social não pode mais ser reconstruída como consciência de classe, a cultura cognitiva não mais pode ser referenciada pelo desenvolvimento das forças produtivas e o sistema político não mais se atém primordialmente à garantia das condições de produção e da superação de conflitos distributivos (Deluiz e Trein, 1991).

Face a este quadro, Offe (1989a), que não chega a propor alternativas de formação e qualificação profissional, defende a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, enquanto proposta teórica que

constrói a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como antagonismo na esfera da produção, mas como a "colisão entre os subsistemas de ação objetivamente racional, mediatizados pelo dinheiro e pelo poder, e um espaço vital auto-determinado". Representa uma teoria da dinâmica social que tenta explicar por que a esfera do trabalho e da produção perde sua capacidade de estruturar e organizar a sociedade e, ao mesmo tempo, libera novos cenários de ação com novos atores e novas racionalidades (Deluiz e Trein, 1991).

Travando debate com Offe, Baethge (1989) reconhece o aumento do tempo livre e da expansão das possibilidades de consumo e de comunicação, mas defende que as chances de participação social, política e cultural dos indivíduos permanecem determinadas por sua posição no sistema produtivo.

Percebe, entretanto, que há uma transformação na estrutura e na dinâmica organizacional do sistema produtivo e indícios de que o novo sistema de racionalização se voltará para as qualificações específicas do trabalho humano e para a qualificação e especificação como importantes forças produtivas.

A partir dessas premissas, Baethge aponta para a exigência de competência teórica, bons conhecimentos sobre o processo e o produto do trabalho, além de um saber empírico proveniente da experiência direta do trabalhador com a máquina.

No setor terciário, as qualificações especiais abrangem capacidades analíticas para interpretar informações, flexibilidade intelectual para dominar situações variáveis, bem como competência para a comunicação social. Baethge enfatiza a necessidade de a escola democrática servir para a formação do cidadão, dando-lhe uma visão crítica, além de constituir espaço para a qualificação.

Os princípios organizativos e as metodologias dos sistemas escolares deveriam pautar-se pelas exigências de elaboração autônoma e crítica, de independência na avaliação de situações e na concepção das relações de comunicação e cooperação e de capacidades de organizar seu próprio trabalho, entre outras. Todas essas capacidades baseiam-se muito mais em qualificações fundamentais de comportamento do que num saber técnico e especializado.

Para Baethge, quanto mais se expandem, na cultura como um todo, tendências de individualismo, isolamento e divisão, mais importante se torna desenvolver, na escola, forças de integração social e solidariedade (Deluiz e Trein, 1991).

A introdução de novas tecnologias e da automação no processo produtivo também são preocupações recorrentes nos estudos da área educacional. Acselrad (1985) procura interpretar o processo de automação como um fato vinculado simultaneamente a movimentos de reordenação do capital e de redefinição do uso da força de trabalho no processo de produção.

Um trabalho produzido em 1986 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Conselho Nacional de Pesquisa recolhe depoimentos de trabalhadores e sindi-

calistas sobre ciência e tecnologia, onde aparecem preocupações com as novas tecnologias e o problema do emprego, a qualificação profissional e seus impactos sobre as condições de trabalho, de organização e de vida dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, as questões que se colocam no plano da prática educativa, nos centros acadêmicos brasileiros, a partir do final da década de 80, apontam no sentido da incorporação, pela escola, das exigências trazidas pela atual revolução técnico-científica. Esta revolução, ao superar rapidamente as especializações tradicionais e exigir pessoas com sólida cultura geral e tecnológica, capazes de dominar processos produtivos complexos, requer um novo tipo de escola, de modo a romper com a formação do homem parcial, limitado e anacrônico que vem sendo produzido pelo dualismo do sistema escolar brasileiro. A escola politécnica aparece assim como uma proposta de política educacional para todo o sistema escolar, no seio das discussões propiciadas pela atual elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ayala, 1989). Seu eixo orientador seria o trabalho, na medida em que essa atividade coloca a necessidade de conhecer a realidade e, portanto de se ter acesso à educação. As escolas deveriam ser de tipo único, propiciando os conhecimentos necessários à compreensão do homem em todas as suas dimensões, da produção material à espiritual. Deveriam mostrar que o mundo resulta do trabalho humano ao longo da história e, em nível de 2º grau, desvelar, também os segredos da ciência aplicados à produção. Para isso, a escola precisa articular teoria e prática, de modo que o jovem possa vir a ter contato direto com o trabalho produtivo.

Paralelamente à continuidade da perspectiva sócio-econômica marxista na análise crítica da temática do trabalho no capitalismo (Giannotti, 1984), encontramos novas abordagens da mesma questão. Neste segundo grupo, estudos recentemente publicados no Brasil reconstituem historicamente o surgimento do capitalismo, como os trabalhos de Hobsbawn & Rudé (1982) e de Thompson (1987).

Os primeiros autores tratam das rupturas ocorridas na Inglaterra do século XIX, quando o pequeno agricultor viu-se transformado em proletário rural pobre e sem direitos. Eles mostram que esse trabalhador, ao mesmo tempo em que perdia os laços que o ligavam pessoal e hierarquicamente a seu patrão, penetrava no mercado, mundo movido pelo poder pessoal do dinheiro e das leis da oferta e da procura. Nesse cenário, Hobsbawn & Rudé reconstróem o universo mental desses seres anônimos, com vistas ao entendimento da rebelião protagonizada em 1830. Thompson, em obra de três volumes (1987), recupera a história da experiência e da cultura popular inglesa. Com riqueza de documentação, o autor reconstrói o quadro de exploração econômica e de opressão política a que foi submetida a classe operária inglesa durante a Revolução Industrial.

Spindel (1985) também busca ir além da determinação econômica para explicar, por razões culturais

e históricas, a inserção de menores no mercado de trabalho.

Embora, sem dúvida, essa produção em seu conjunto tenha constituído um importante avanço para o conhecimento da relação educação-trabalho, a maior parte dos autores concorda que a fragilidade teórica ainda permeia esse conhecimento e que é necessário apontar as lacunas que persistem em torno do tema, aspectos também revelados pelo levantamento bibliográfico.

Este é o caso, por exemplo, da problemática que envolve os processos educativos vinculados ao trabalho no setor terciário da economia. Durante as décadas estudadas, esse tema foi tratado de modo incipiente, como preocupação central vinculada à formação ou qualificação profissional para esse setor ou ainda, mais freqüentemente, como subproduto de outros núcleos temáticos. Dos estudos que fazem parte do primeiro tipo merece especial atenção a revisão bibliográfica empreendida por Paiva (1989), que trata prioritariamente do setor secundário da economia. Esse estudo parte dos anos 50 e aborda as contribuições de autores franceses, alemães e americanos nos campos da Economia, da Sociologia e da Educação, bem como seus desdobramentos na América Latina. Nosso levantamento da literatura sobre educação-trabalho permite constatar a observação feita por Paiva nesse estudo, quando a autora afirma que, no Brasil, "o setor de serviços está praticamente virgem da ação dos pesquisadores" (1989, p.42).

Os demais estudos analisados constituem, para a temática em questão, produtos derivados de outras preocupações centrais de seus autores. Neste caso estão os trabalhos de Bruschini (1979) e de Greyner (1984). O primeiro, ao focalizar a sexualização das ocupações no Brasil no período 1950-70, revela que a expansão do emprego feminino concentra-se no setor de serviços e articula-se com a expulsão da presença da mulher das atividades industriais.

Greyner, em um estudo de caso, investiga as relações pedagógicas entre um grupo de indivíduos inseridos no setor terciário e as instituições hegemônicas, destacando as contradições geradas nessa relação, bem como a resistência desses trabalhadores ao poder das classes dominantes.

O setor informal, apesar do crescimento acelerado dos últimos anos, permanece, como o setor de serviços, exiguamente investigado em sua conexão com os processos educativos. Nesta linha, cabe destacar o trabalho de Souza (1981), que procura definir estratégias, metodologias e conteúdos a serem desenvolvidos na formação profissional voltada para o setor informal. Ao mesmo tempo, o autor busca caracterizar e compreender o funcionamento desse setor. Prandi (1978) também estuda as especificidades do setor informal e analisa o significado do "trabalhador por conta própria" na estrutura de classes e no processo de transformação global da sociedade, propiciado pelas regras fundamentais de acumulação capitalista.

Como ocorre nos processos educativos vinculados ao setor terciário e informal da economia, também é pequena a produção de estudos das relações entre educação e mercado de trabalho. Dentre as obras analisadas, a maioria tenta mostrar que não existem vínculos diretos entre educação e mercado de trabalho, seja em termos de escolarização e obtenção de emprego, seja em termos da questão salarial. Isso talvez possa ser explicado como uma resposta teórica derivada da conjuntura econômica brasileira. Esta, a partir de meados da década de 70, apresenta um quadro de desaquecimento e de recessão econômica que evidencia as dificuldades teórico-práticas — típicas das teorias economicistas da educação — existentes na tentativa de associar, de forma direta, o investimento em educação ao desenvolvimento econômico e social.

Por outro lado, embora a quase totalidade dos autores estudados concorde com a importância do tema para a formulação de políticas sociais, a maioria (Gomes, 1983; Carnoy, 1979; Barato, 1981) assinala a precariedade do conhecimento disponível sobre a relação entre educação e mercado de trabalho.

Barato (1981) afirma que as principais contradições nesta relação estão numa crescente desqualificação da força de trabalho, paralelamente ao aumento das exigências formais para o exercício de uma profissão. Ao mesmo tempo, vê que a escola cumpre seu papel como legitimadora das condições sócio-econômicas dos indivíduos e como instituição que contém a pressão da mão-de-obra jovem sobre o mercado de trabalho.

Mehedeff (1980), por sua vez, não vê influência significativa da escolaridade sobre os níveis salariais da maioria da população. Chaia (1987) postula que a escolarização de 1^o e 2^o graus encoraja os indivíduos a pressionarem o mercado de trabalho. Reconhece também, ao revelar uma taxa maior de ocupação entre a população branca (em relação à não-branca) da Grande São Paulo, que os processos pelos quais os sujeitos se inserem neste mercado relacionam-se a fatores mais relevantes que a educação. Callaway (1976) tampouco faz uma associação direta entre níveis de educação e alocação no mercado de trabalho. Postula, sim, que a solução para o problema do desemprego de jovens em países em desenvolvimento não passa pela escolarização, mas por modificações drásticas na economia.

Já para Gomes (1983), a primeira ocupação desempenha importante papel nos processos de mobilidade profissional e social e a escolarização é vista apenas como uma das portas de ingresso nos diversos níveis da estrutura ocupacional.

O artigo de Cunha (1978) pode ser considerado uma síntese das posições anteriores. Este autor, com base em numerosas pesquisas estrangeiras, mostra que, apesar de diferentes conclusões, todos os autores convergem em quatro pontos essenciais: a) os requisitos educacionais para a ocupação de cargos são cada vez maiores, embora isto não possa ser explicado pelo aumento da produtividade; b) as causas

desta ampliação respondem a fatores sociais; c) o aumento dos requisitos educacionais se relaciona com processos seletivos mais abrangentes; d) a rapidez do aumento destes requisitos está ligada a mudanças nos processos de discriminação social.

No tocante à relação educação e sociedade, segundo eixo temático onde vão se conformando as preocupações com a educação e o trabalho, podemos dizer que é um dos temas mais abordados pela literatura educacional do período estudado.

Este item reúne estudos que tentam compreender as funções desempenhadas pela escola no contexto do modo de produção capitalista em geral e da sociedade brasileira em particular. A respeito deste assunto, são recorrentes as publicações de autores que estudam o papel exercido pela educação na reprodução social (Cunha, 1979; Gouveia, 1980; Franco e Castro, 1981; Goldberg, 1981; Levin, 1984) na reprodução ideológica (Velloso, 1980; Rodrigues, 1982; Marcondes, 1987; Paoli, 1988; Faria Filho, 1988, Enguita, 1989) e na reprodução econômica (Paoli, 1988; Rodrigues, 1982).

Cunha (1979), por sua vez, faz um diagnóstico da educação escolar no Brasil. Atento às funções de educação escolar na sociedade capitalista, enfatiza seus mecanismos de discriminação social — particularmente tendo em vista a política educacional desenvolvida no período pós-64, sob o binômio segurança e desenvolvimento — e destaca as reformas do ensino emergidas do chamado "milagre econômico".

Este tipo de abordagem desenvolve-se no contexto da abertura política no Brasil na segunda metade da década de 70. A tradução e divulgação de autores franceses como Althusser, Bourdieu e Passeron, Baudelot e Establet, e mesmo americanos como Bowles e Gintis, contribuem para o desvelamento dos determinantes sócio-econômicos e políticos da educação e fornecem o arcabouço teórico para os estudos sobre a relação educação-trabalho.

A esta visão da relação educação-sociedade segue-se uma outra, que se esforça por captar as contradições presentes na prática educativa e o caráter mediador da escola na transformação social (Frigotto, 1984; Arroyo, 1986; Carnoy e Levin, 1988, Machado, 1989). Na base deste estudo estão autores marxistas, especialmente o filósofo italiano Antonio Gramsci.

Nos últimos anos surgem estudos de investigações mais tematizados, seja de ordem epistemológica — que têm por objeto as relações entre educação, ciência/tecnologia e conhecimento (Silva, 1988; Baethge, 1989) — seja de ordem sociológica, preocupados com a positividade educativa da escola e dos movimentos sociais para o exercício da cidadania e da participação democrática (Sarti e Barbosa Filho, 1983; Rama, 1983; Nunes, 1989; Jacobi, 1987).

Os temas infância-juventude e família

A estrutura dada à literatura produzida no eixo sócio-antropológico e objeto de revisão do levantamento

está balizada pela lógica interna da pesquisa. Deste modo, inicia-se esta parte pelas obras que abordam a população infanto-juvenil, trabalhadora e estudante e, a seguir, aquelas que tratam do tema família, por considerá-lo unidade empírica e teórica onde se situa a problemática de valores, estratégias, projetos de vida e outras dimensões que orientam escolhas na relação trabalho e estudo.

O eixo infanto-juvenil surge, no âmbito da pesquisa, orientado pela proposta do estudo etnográfico, que busca conhecer quem é a criança e quem é o jovem que estuda e trabalha.

O assunto infância-juventude, a julgar pelas resenhas brasileiras registradas no recorte bibliográfico 1970-80, é objeto de estudos freqüentes, diversificados e intensos nos campos jurídico e da educação e menos registrados no campo sócio-antropológico.

É fundamental esclarecer que o tema infância-juventude apresenta, nos anos 70, um conteúdo específico sobre as relações que os saberes técnico, educacional, jurídico e médico estabelecem com a criança pobre. Esta passa a ser enquadrada na categoria "menor" e a representar um objeto de saber e intervenção das áreas citadas (Arantes, 1989). A classificação "menor", até onde foi possível averiguar, não é parte integrante da linguagem de outras áreas. Em torno desta categoria "menor" são desenvolvidos estudos e propostas, de cunho tanto assistencialista como crítico.

Nos estudos do primeiro tipo, Carvalho (1976) correlaciona as temáticas da escolarização, qualificação e especialização profissionais. Os estudos mais críticos, produzidos na década de 70, tratam da questão do menor com o objetivo de avaliar as políticas dirigidas a esse setor da população, embora nem sempre questionem a carga negativa que o conceito "menor" comporta.

Esses trabalhos analisam o papel do Estado no atendimento à população infantil das classes trabalhadoras, denunciam a extrema opressão sofrida por essa população e a importância de se promover o debate sobre a questão, tendo em vista os prejuízos econômicos e sociais acumulados neste segmento social (CEPAED, 1979).

Da mesma forma, são levantadas questões relativas ao "menor" abandonado, e à política social a ele dirigida. Ressalta-se, freqüentemente, a ilusão pedagógica da proposta de utilizar a educação como saída para os impasses vigentes (Demo, 1979).

Outro ponto ressaltado refere-se à análise das propostas educacionais das chamadas instituições de menores carentes. Nesses trabalhos são apresentadas críticas e diretrizes para ultrapassar a educação repressora e estigmatizante, usual nesses institutos (Garcia, 1979).

O tratamento dado ao "menor" é avaliado, tanto a nível educativo quanto do ponto de vista da legislação brasileira. Esta é vista como omissa na proteção dos direitos da criança, mas exigente nas puni-

ções para o "menor" considerado irregular (Gregori, 1979).

Ainda no setor infanto-juvenil, outra área de interesse crítico liga-se à escolarização e à ideologização da criança pela escola, tendo em vista os efeitos da disciplina Educação Moral e Cívica junto às crianças de nível sócio-econômico mais baixo e a conseqüente incorporação por elas dos valores dominantes.

Embora a problemática do trabalho infantil seja pouco abordada pela literatura do período estudado, ela é tida como imperativo da sobrevivência familiar e pensada a partir da diferença na distribuição de tarefas, considerando-se os critérios de sexo, idade e necessidades familiares (Machado Neto, 1979).

É interessante frisar que, já na década de 70, as estratégias de sobrevivência, as opções, as aspirações, a internalização de estigmas, enfim, as formas de ser e de pensar de "meninos de rua" eram objeto de pesquisa de campo (Pereira, 1974).

Na década de 80 os pesquisadores se preocupam primordialmente com os seguintes pontos: a exclusão da população infantil do sistema escolar; a ambigüidade dos dispositivos legais que regulam a escolarização e o trabalho de crianças e adolescentes; as percentagens de analfabetismo entre menores de 15 anos; a posição da imprensa em relação à criança trabalhadora (Fukui et alii, 1985). Paralelamente, nesse período mantêm-se os eixos de produção da década anterior, com estudos voltados para o atendimento, escolarização, profissionalização e trabalho da criança. Exemplo disso é o trabalho de Carvalho (1982), que destaca a escolarização em suas ligações com as condições de subsistência.

A reflexão sobre a criança, vista em seu cotidiano e no contexto escolar, reconhece a importância de perceber o saber real da criança para expandi-lo. Investigando a presença da Matemática na vida diária de jovens e trabalhadores, Carraher e Schliemann (1988) mostram que modelos matemáticos mais complexos podem ser construídos pelos educandos na organização de suas ações de trabalho e que, em geral, a escolarização pouco afeta o desempenho dos trabalhadores em seus ofícios.

Os estudos sobre trabalho infanto-juvenil, vistos sob diferentes ângulos, começam a ganhar espaço na literatura do período. Assim, por exemplo, a extensão do trabalho do "menor" no Brasil é vista nas diversas regiões e camadas sociais. Além de investigar as noções dos "menores" sobre oportunidades de ascensão social, as pesquisas assinalam que o "menor" não demonstra revolta pelo fato de precisar trabalhar mas, pelo contrário, sente-se importante por ser capaz de contribuir na receita familiar (Gouveia, 1983). Por outro lado, a literatura jurídica ocupa-se com a proteção e o incentivo ao trabalhador "menor", para garantir-lhe informação profissional e condições de atuação como aprendiz.

No período citado, são ainda avaliados modelos teóricos alternativos, para relacionar *status* ocupacional e rendimentos salariais na primeira ocupação e

seus impactos sobre a carreira. Comparam-se pesquisas produzidas nas perspectivas funcionalista, neoweberiana e neomarxista (Gomes, 1986).

Fazendo um balanço das duas décadas revistas, é possível dizer que escola e trabalho do "menor" são temas continuamente abordados, embora comecem a emergir outras conotações sobre o mesmo assunto. É o caso do estudo de Gomes (1986), em que o tema passa a ser o aluno migrante, sujeito a um processo de desculturação, especialmente no ambiente escolar.

No eixo sócio-antropológico, de interesse central para a pesquisa que motivou este levantamento bibliográfico, os aportes do ponto de vista quantitativo ainda são escassos nos anos 70. Na década de 80 destacam-se algumas questões imbricadas com o tema família, a saber: a representação sobre educação e trabalho entre jovens e adultos de camadas populares (Dauster, 1981); as relações entre trabalho infantil e industrial no seio das famílias trabalhadoras na indústria e as diferenças entre os processos de socialização familiar e escolar, vivenciados por crianças de camadas populares e de classes média e alta (Alvim, 1985; Lovisoló, 1987).

Como já assinalamos, a família das camadas populares urbanas vem a ser a unidade de referência para o projeto "O valor social da educação e do trabalho". Com relação ao tema família, nossa revisão registra, mais uma vez, uma menor produção dos anos 70, em comparação com os anos 80. Todavia, logo no início da década anterior é feito um levantamento bibliográfico que abrange mais de 100 títulos sobre o tema família, organizado com base em três rubricas: estudos gerais, demográficos e família (Medina e Almeida, 1972).

A obra de Ariès (1978) aborda a criança na perspectiva da história das mentalidades. Nessa linha, o autor examina duas teses: a primeira refere-se às sociedades tradicionais européias, nas quais a noção de infância se limitava aos primeiros anos e a aprendizagem se fazia através de um ingresso prematuro no mundo dos adultos. Outro traço dessa sociedade é, segundo Ariès, a falta de laços afetivos fortes no interior da família, em relação à criança. A segunda tese assinala a mudança nas concepções de criança, surgida com as sociedades industriais. Nestas, a aprendizagem da criança passa a se dar na escola, com a conseqüente separação do mundo dos adultos. Desta transformação surge a afeição entre os cônjuges e destes com os filhos.

Na década de 70, a análise das configurações familiares abrange o espaço urbano e as atividades manuais e não-manuais. Bilac (1978), partindo de um levantamento estatístico, examina as relações existentes entre a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho e a organização de sua vida familiar. A pesquisa verifica que, tanto entre trabalhadores manuais como não-manuais, a família mantém como pressuposto essencial a interdependência entre trabalho doméstico e trabalho em situação de mercado. A investigação sobre a relação entre trabalho infanto-juvenil e escolarização mostra que, nas famílias de tra-

balhadores manuais, esta última geralmente restringe-se ao curso primário, ao passo que, nas famílias de trabalhadores não-manuais a escolarização é prolongada ao máximo, à custa do retardamento da entrada no mercado de trabalho.

Outro tema de preocupação dos estudiosos são os papéis familiares e sua distribuição entre os sexos, no interior das famílias operárias, visando avaliar a organização de suas experiências, sua situação de classe e a construção do seu projeto de vida futura. Tais estudos constatarem que a situação de classe é concretamente vivenciada no dia-a-dia da família (Macedo, 1979).

No início dos anos 80, a avaliação da produção do conhecimento sobre o tema família aponta não só lacunas e imprecisões, como também a emergência de eixos relevantes para novas investigações. A literatura produzida vinha incidindo, principalmente, sobre as famílias de pequenos produtores agrícolas, operários e mulheres chefes-de-família situadas nas camadas "inferiores" da população. Conseqüentemente, o estudo investiga as perspectivas teóricas que estão delineando o significado de família na sociedade brasileira (Fukui, 1980).

Outros temas de interesse na época podem ser agrupados em rubricas diversificadas como: mudanças que incidem sobre a urbanização de famílias; alterações históricas nas estruturas familiares de colonos; parentesco ritual e significado simbólico; papel das mães face ao consumo e à alimentação na área urbana; exame das relações internas da família e suas formas de definição histórico-sociais.

No eixo sócio-antropológico, ainda na década de 80, destaca-se a relação família, psicologia e sociedade, como vínculo que merece a atenção dos pesquisadores (Velho, 1981).

Continua a produção de investigações em torno de outras temáticas que envolvem a família e o trabalho industrial e infantil. Alvim (1985) mostra que a constituição da família operária através de um processo de proletarização, intensificado na década de 30, é marcada pela preferência que os membros da família dão ao trabalho na fábrica.

É interessante destacar que, contrariamente ao registrado sobre o tema educação-trabalho, a problemática da família é tida como intensamente trabalhada em estudos de cunho positivista e conservador, e negligenciada pela perspectiva marxista. Para Durham (1980), a ausência do tema família nesse último tipo de perspectiva deve-se a uma abordagem que privilegia excessivamente as relações sociais emanadas diretamente do processo produtivo. A preocupação com a reprodução das condições de produção permitiu, recentemente, recuperar a problemática da família enquanto instituição inserida nesse processo. Assim, a família, unidade de reprodução do trabalho, constitui-se ao mesmo tempo em unidade de consumo, distribuição de mão-de-obra e produção direta de valores de uso. Essa análise permite ainda mostrar a importância da família enquanto núcleo de reprodução de

imagens e representações da sociedade em seu conjunto.

Reiterando essa perspectiva, Fausto Neto (1982) analisa a família em sua dupla face, tendo em vista sua inserção no processo produtivo e sua forma de organização, enquanto unidade social que reproduz o trabalho (reprodução material) e enquanto sistema de representações de normas, valores e atitudes (reprodução ideológica).

Da Matta (1986), por sua vez, examina as relações de trabalho do ângulo econômico e simbólico. Para o autor, o significado do trabalho e sua concepção na sociedade brasileira emergem das mediações complexas entre duas instâncias básicas: a casa e a rua, espaços culturais de sociabilidade.

As transformações históricas do conceito de família dão lugar ao surgimento de novas temáticas sobre a relação família e sociedade. Neste quadro são pensados tanto os processos sociais que produzem a "marginalidade" (Neves, 1983), como as diferenças entre os processos familiar e escolar vivenciados pelas crianças das camadas populares (Lovisoló, 1987).

Por outro lado, a noção de cultura ilumina não só a rede de relações sociais e a experiência econômica e política dos indivíduos nos universos pesquisados, como também lança luz sobre a família como conexão ideológica a partir de "textos" culturais. Isto ocorre, por exemplo, com as categorias comida, casa, pobreza e com as definições e significados a elas associados e que engendram as identidades sociais (Woortman, 1980; Zaluar, 1985).

No final da década, Valladares (1988) faz uma análise da literatura, ação e estatísticas sobre a infância pobre no Brasil. Reflete, também sobre a categoria "menor", observando que nela estão embutidas noções de pobreza e delinquência.

A respeito do tema família, o levantamento bibliográfico permitiu constatar que, comparativamente ao eixo sócio-anropológico, são escassos os estudos resenhados na área de educação que têm como referência a categoria social família. É interessante salientar ainda que, embora a discussão das relações entre família e escola, escolarização, educação e, até mesmo, o ensino como valor cultural seja encontrada na produção sócio-anropológica, não foram identificadas pesquisas que, na área educacional, façam referência à família enquanto categoria de análise ou unidade empírica, problemática que veio a ser incorporada na década de 80.

Nesses anos, emerge a preocupação em compreender o pensamento operário tendo em vista algumas relações como, por exemplo, as estudadas por Carvalho (1982), que focaliza a história da vida e da família em trabalhadores urbanos com o objetivo de levantar seus problemas de escolarização. Outra temática do período que merece a atenção dos educadores diz respeito às aspirações e expectativas contraditórias presentes na forma pela qual os agricultores encaram a escola, o trabalho e o futuro (Demartini e Lang, 1985).

Em suma, um breve balanço indica, ainda neste período, a importância do tema família na perspectiva sócio-anropológica, o que não é novidade. Por outro lado, mostra que, na área da educação, as pesquisas que têm como referência a família são ainda minoritárias. É possível afirmar que, desde o início da última década, quando foram percebidas as lacunas e imprecisões da produção da área sócio-anropológica, houve uma focalização bastante diversificada e incisiva sobre as famílias das camadas pobres da população. Buscava-se entender, desta forma, um leque de questões que ia das relações sociais, passando pela distribuição familiar dos papéis sexuais e das tarefas, e chegava às estratégias de sobrevivência e aos valores culturais.

Entretanto, não é possível afirmar o mesmo do campo da educação. O pequeno número de trabalhos, exclusivamente alocados na década de 80, já mostra o escasso interesse que o tema tem suscitado, com exceção das pesquisas em que a temática familiar aparece associada aos problemas de escolarização, em termos de expectativas e aspirações familiares face à escola e ao trabalho.

Perspectivas para a década de 90

Retomando os objetivos centrais deste levantamento, cabe reafirmar que a revisão da literatura brasileira sobre educação-trabalho, objeto deste artigo, buscou prioritariamente uma aproximação teórico-metodológica capaz de propiciar um diálogo entre as contribuições das diversas áreas voltadas para a temática em questão.

Desta forma, fica claro que esta revisão não teve o propósito de esgotar o assunto educação-trabalho, mas de fazer um balanço seletivo da produção dos últimos 20 anos, a partir de, e visando atender o projeto de pesquisa "O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas".

Nesse sentido, tanto o levantamento bibliográfico como a análise desenvolvida neste artigo apresentam limites bem definidos, que devem ser levados em conta para o entendimento e apreciação do trabalho aqui apresentado.

A partir da análise do recorte bibliográfico, foi possível constatar que a década de 90 apresenta, para o pesquisador da relação educação-trabalho, alguns desafios de ordem teórica, metodológica e temática.

Por um lado, a recorrência de pontos de vista, análises e propostas, instaurada nas Ciências Sociais, ao mesmo tempo que não tem possibilitado avanços significativos, parece apontar para o desafio da busca da interdisciplinaridade, isto é, da valorização das articulações entre os aportes teóricos e metodológicos de diferentes áreas na produção do conhecimento.

Quanto às temáticas, é possível identificar a emergência de três eixos de investigação, cujas problemáticas deverão ser temas de estudo na década

de 90. O primeiro refere-se à necessidade de avançar sobre o conhecimento das características e da dinâmica dos setores informal e de serviços, dada a expansão dos mesmos. Também se evidencia a importância de aprofundar o que se sabe sobre a dimensão educativa implícita no processo de trabalho desenvolvido nesses setores.

O segundo eixo trata das formas de articulação existentes entre a educação formal, a não formal e a aprendizagem presente no trabalho. Por último, o terceiro visa a problemática do papel da educação geral e da formação profissional num contexto de mudança tecnológica.

No que concerne ao tema que a equipe do projeto vem tratando — o exame da relação educação-trabalho no cotidiano da criança e do jovem — é possível afirmar que a década de 90 trará outras luzes sobre o assunto.

Nos trabalhos resenhados foi possível perceber que a tendência mais forte nas décadas de 70 e 80 foi estudar as famílias e os indivíduos do setor operário. Entretanto, percebe-se a existência de lacunas com relação a estudos de cunho etnográfico, que busquem conhecer em profundidade a criança e o jovem das camadas populares. Faltam estudos que focalizem as articulações simbólicas e práticas entre estudo e trabalho nos contextos sócio-cultural, familiar, laboral e escolar.

Neste sentido, a pesquisa "O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas", sem romper com as dimensões que perpassaram os estudos nas últimas décadas, buscará outras articulações na produção do conhecimento sobre a criança e o jovem originários de famílias de trabalhadores moradores de favela no meio urbano e alocados, em sua maioria, nos setores informal e de serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Elementos para a interpretação da automação do trabalho no Brasil. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.193-209, set/dez.1985.
- ALVIM, Ma.Rosilene B. *Constituição da família e trabalho industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária*. Rio de Janeiro, 1985. Tese (doutor.) Museu Nacional/UFRJ.
- ARANTES, Ester M.M. Criança "irregular", família "desestruturada". *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v.13, n.1/2, p.104-9, fev/maio 1989.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Administração da educação: poder e participação. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.1, n.2, p.36-46, jan. 1979.
- _____. O direito do trabalhador à educação. In: IV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Anais*. Goiânia, 1986a.
- _____. (org.) *Da escola carente à escola possível*. São Paulo: Loyola, 1986b.
- _____. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.2, n.5, p.5-23, jan. 1980.
- AYALA, Luci. A palavra é... politecnicidade. *Sala de Aula*, São Paulo, v.2, n.13, p.26-32, ago.1989.
- BAETHGE, Martin. Novas tecnologias, perspectivas profissionais e autocompreensão cultural: desafios à formação. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.10, n.34, p.7-26, 1989.
- BARATO, Jarbas N. Educação e trabalho. *Boletim de Documentação & Informação Técnica/SENAC*, São Paulo, n.492, p.1-5, ago.1981.
- BILAC, Elisabete D. *Famílias de trabalhadores*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Pesquisa. *Trabalhador, ciência e tecnologia*. Brasília: CNPq, 1986.
- BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.28, p.5-20, mar. 1979.
- CALLAWAY, Archibald. Planejamento educacional e juventude desempregada. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.17, p.79-98, jun.1976.
- CARNOY, Martin. Educação e emprego: uma avaliação crítica 1ª parte. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.30, p.79-98, set. 1979.
- CARNOY, Martin, LEVIN, Henry. *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- CARRAHER, Terezinha, CARRAHER, David, SCHLIEMANN, Analúcia. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1988.
- CARVALHO, Célia P. A questão do ensino noturno. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.4, n.13, p.33-4, dez.1982.
- CARVALHO, Inaiá M. M. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.42, p.27-40, ago.1982.
- CARVALHO, Maurício M. Formação para o menor trabalhador. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.129-200, jan/dez. 1976.
- CASTRO, Cláudio M. *Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- _____. *Investimento em educação no Brasil: um estudo sócio-econômico de duas comunidades industriais*. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1973.
- CEPAED - CENTRO DE PESQUISAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS. Educação da criança das classes trabalhadoras brasileiras. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.1, n.4, p.15-22, set.1979.
- CHAIA, Miguel W. Negro, mercado de trabalho e educação na Grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.63, p.17-8, nov.1987.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. Escolaridade e trabalho: quatro estudos sobre a fixação de requisitos educacionais. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.21-44, jan/mar.1978.
- CURY, Carlos R. J. et al. *A profissionalização do ensino na Lei 5692/71*. Brasília: INEP, 1982.
- DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p.21-33.

- DANNERMANN, Robert N. Atos e fatos da formação profissional. *Boletim Técnico de SENAC*, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.271-310, set/dez. 1977.
- _____. Notas sobre áreas e famílias ocupacionais na formação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.165-72, jan/abr.1975.
- _____. Reflexões sobre o conceito de formação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.229-31, set/dez.1985.
- DELUIZ, N., TREIN, E. O trabalho e a qualificação profissional na visão de autores alemães. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.3-21, jun/abr. 1991.
- DAUSTER, Tania (coord.) "O cavalo dos outros"; resumo do estudo sobre a categoria social educação e os alunos do programa de alfabetização funcional do MOBRRAL. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v.10, n.40, p.16-22, maio/jun.1981.
- DEMARTINI, Zeila B.F., LANG, Alice B.S.G. *Educando para o trabalho*; família e escola como agências educadoras. São Paulo: Loyola, 1985.
- DEMO, Pedro. Menor abandonado: algumas questões do ponto de vista da política social. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.51-68, abr/jun.1979.
- DURAND, José Carlos G.(org.) *Educação e hegemonia de classe*: as funções ideológicas da escola. Rio de Janeiro: Zahar; 1979.
- DURHAM, Eunice R. A família operária: consciência e ideologia. *Dados*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.201-13, 1980.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola*: educação e trabalho sob o capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FARIA FILHO, Luciano M. Educação, trabalho e sociedade: um olhar na história. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.8, p.26-31, dez.1988.
- FAUSTO NETO, Ana Maria Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FRANCO, Ma. Aparecida C., CASTRO, Cláudio M. A contribuição da educação técnica à mobilidade social. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.36, p.41-66, fev.1981.
- FRANCO, Ma. Aparecida C., SIMON, Ma. Célia M. N. Trabalho e educação: a reordenação necessária no contexto da revolução de 1930. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.68, n.160, p.560-83, set/dez.1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e financiamento da educação: sociedade desigual, distribuição desigual de recursos. *Cadernos CEDES*, Campinas, n.5, p.3-17, 1983.
- _____. *A produtividade da escola improdutiva*: um (re)exame das relações entre educação e estrutura social capitalista. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.
- _____. Tendências pedagógicas hoje: educação e trabalho. *Perspectiva*. Porto Alegre, v.2, n.15, p.45-52, out.1986.
- _____. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.175-192, set/dez.1985.
- FRIGOTTO, Gaudêncio et al. É falsa a concepção de que todo o trabalho dignifica o homem. *Revista UNESPA*, Belém, v.2, n.89, p.4-5, ago.1989. [entrevista]
- _____. *Trabalho e conhecimento*: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1987.
- FUKUI, Lia F. G. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *BIB*, Rio de Janeiro, n.10, p.13-23, 1980.
- FUKUI, Lia F. G., SAMPAIO, Efigênia M. S., BRIOSCHI, Lucila R. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.66, n.152, p.28-46, jan/abr.1985.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GARCIA, Walter E. Propostas educacionais das instituições de menores carentes no Estado de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.31, p.81-5, dez.1979.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Trabalho e reflexão*: ensaios para uma dialética da sociabilidade. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOLDBERG, Ma. Amélia A. et al. *Seletividade sócio-econômica no ensino de 1º grau*. Rio de Janeiro: ANPED; CNPq, 1981.
- GOMES, Angela C., FLAKSMAN, Dora R., STOTZ, Eduardo. *Velhos militantes*: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier e Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- GOMES, Candido A.C. Educação, ocupação e renda: uma visão sobre o estado do conhecimento. *Forum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.42-61, jan./mar. 1986.
- _____. O ingresso da população na força de trabalho do Brasil. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.149-65, set/dez. 1983.
- GOUVEIA, Aparecida J. Origem social, escolaridade e ocupação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.32, p.3-30, fev.1980.
- _____. O trabalho dos menores: necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.44, p.55-62, fev. 1983.
- GREGORI, José. O menor ainda minimizado pela lei brasileira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.31, p.4-5, dez. 1979.
- GREYNER, Rachel. *A produção do saber nos setores populares urbanos*: um estudo de caso. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1984.
- HIRATA, Helena S. Formação na empresa, educação escolar e socialização familiar: uma comparação França-Brasil-Japão. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.10, n.31, p.29-47, dez.1988.
- HOBBSBAWN, Eric, RUDÉ, George. *Capitalismo Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Coleção Ciências Sociais).
- JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, Rio de Janeiro, n.23, p.18-34, 1º sem.1987.
- KUENZER, Acácia Z. *Educação e trabalho no Brasil*: o estado da questão. Brasília: INEP; REDUC, 1987.
- _____. Ensino de 2º grau na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: algumas reflexões. *Em Aberto*, Brasília, n.41, p.35-41, jan/mar.1989.
- _____. *Ensino de 2º grau*: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Pedagogia da fábrica*: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985.
- LAGO, Luiz A.C. et al. *Estrutura ocupacional, educação e formação de mão-de-obra*: os países desenvolvidos e o caso brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1983. (Estudos Especiais IBRE, 4).
- LANGONI, Carlos. *O papel de investimentos em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia, 1972. (Ensaio Econômicos da EPGE, 4).
- LEVIN, Henry M. et al. *Educação e desigualdade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LOVISOLO, Hugo. Escola e família, constelação imperfeita. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.6, n.31, p.52-6, maio 1987.
- MACEDO, Carmen Cinira. *Reprodução da desigualdade*: o projeto de vida familiar de um grupo operário, São Paulo, Hucitec, 1979.

- MACHADO, Lucília R.S. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1982a.
- _____. *Politecnia, escola unitária do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MACHADO NETO, Zhaide. Meninos trabalhadores. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.31, p.95-101, dez.1979.
- MADEIRA, Felícia R. Educação-trabalho: um balanço crítico. *Em aberto*, Brasília, v.3, n.19, p.1-14, março 1984.
- MAFRA, Leila A. Divisão social e técnica do trabalho, escolarização e a escolha profissional. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.8, p.19-25, dez.1988.
- MARCONDES, Kathy A. *Educação e trabalho: uma abordagem psicossociológica do aparelho escolar*. Vitória, 1987. Dissert. (mestr.) UFES.
- MEDINA, Carlos A., ALMEIDA, Ma. Leda R. *Bibliografia crítica sobre família no Brasil*. Rio de Janeiro: CLAPCS; CNPq, 1972.
- MEHEDEFF, Nassim G. Reflexões sobre educação e emprego baseadas em alguns estudos para o Brasil, Peru e México. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.6, n.3, p.261-75, set/dez.1980. [Comun. apres. no seminário do PREALC sobre Emprego, Distribuição de Renda e Necessidades Básicas, Chile, 1978]
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA. *Trabalhador, Ciência e Tecnologia*. Brasília, CNPq., 1986, 82p.
- NEVES, Delma P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.1., n.4., p.28-36, jan/fev.1983.
- NORONHA, Olinda M. *De camponesa a "madame": trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo, 1984. Tese (doutor.) PUC-SP.
- NUNES, Clarice (org.) *Escola e cidadania: aprendizado e reflexão*. Salvador: UFBA, 1989. (Coleção Cidadania).
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989a.
- _____. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.10, v.4, p.5-19, jan.1989b.
- _____. *Trabalho & sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989c.
- OLIVEIRA, Jane M. P. S. *A reposição do suor*. Rio de Janeiro, 1980. Dissert. (mestr.) Museu Nacional/UFRRJ.
- PAIVA, Vanilda. *Produção e qualificação para o trabalho: uma revisão da bibliografia internacional*. Rio de Janeiro: UFRJ; IEI, 1989. (Texto para Discussão IEI/UFRJ, n.214).
- PAOLI, Niuvenius J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.
- PEREIRA, Luiz. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalho por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RAMA, Germán W. et al. *Mudanças educacionais na América Latina: situações e condições*. Fortaleza: Ed. UFC, 1983.
- REIS, Ulisses A. et al. *Educação e produtividade*. Salvador: Fundação Emílio Odebrecht; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- RODRIGUES, Neidson. *Estado, educação e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1982.
- ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- _____. *Pedagogia do trabalho: raízes da educação socialista*. v.1. São Paulo: Moraes, 1981.
- ROSSI, Wagner G. *Pedagogia do trabalho: os caminhos da educação socialista*. v.2. São Paulo: Moraes, 1982.
- ROSSI, Waldemar, UHLE, Águeda B. Quando o trabalhador educa. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.5, n.16, p.127-32, dez.1983.
- SALGADO, Edméa N. A educação e a formação profissional na dialética do desenvolvimento. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.97-106, set/dez.1974.
- SALM, Cláudio L. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. Escola e trabalho. *Em Aberto*, Brasília, v.3, n.19, p.41-3, mar.1984.
- SANTOS, Eloisa H. *Trabalho e educação: o cotidiano operário na fábrica*. Belo Horizonte, 1985. Dissert. (mestr.) UFMG.
- SARTI, Ingrid A., BARBOSA FILHO, Rubem. Desafios nos caminhos da cidadania. *Dados*, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p.315-34, 1983.
- SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SILVA, Tomaz T. Produção, conhecimento e educação: a conexão que falta. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.10, n.31, p.79-90, dez.1988.
- SORJ, Bila. O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. *BIB*, Rio de Janeiro, n.15, p.53-5, jan/jun. 1983.
- SOUZA, Alberto de M. (coord.). *Estudo sobre o setor informal de trabalho: implicações para a política social e as políticas de treinamento e formação profissional*. Rio de Janeiro: IE-SAE/FGV, 1981. 2v.
- SPERB, Dalila C., PENROD, Mary J. *Educação para o trabalho*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- SPINDEL, Cheywa. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo: Nobel; Brasília: MT, 1985.
- _____. O menor trabalhador e a reprodução da pobreza. *Em Aberto*, Brasília, v.4, n.28, p.17-31, out/dez.1985.
- TIJBOY, Ruan Antonio. A produtividade da escola: um tema de pesquisa educacional para o desenvolvimento. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.4, n.2, p.243-51, jul/set.1979.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 2. ed. (Coleção Oficinas da História, 1).
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, 8).
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, 5).
- VALLADARES, Lícia P. (coord.). "A infância pobre no Brasil: uma análise da literatura, da ação e das estatísticas." Rio de Janeiro; IUPERJ, 1988, 267p.
- VELHO, Gilberto. Parentesco, individualismo e acusações. In: VELHO, Gilberto e FIGUEIRA, Sérvulo A. (orgs.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Edit. Campus Ltda, 1981.
- VELLOSO, Jacques R. Socialização e trabalho: escola e produção capitalista. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v.2, n.7, p.141-57, 1980.
- WARDE, Mirian J. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.
- WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. In: ANUÁRIO Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1980. p.119-50.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.